

## **Gênero e Política: a resistência de homens e mulheres na ditadura militar brasileira sob a perspectiva de gênero**

**NICOLE MARIA PINTO\***

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar um panorama das publicações sobre a atuação de mulheres e homens na luta contra a ditadura militar brasileira, sob a perspectiva de gênero. Além de ressaltar algumas referências bibliográficas, o texto também busca apresentar possibilidades de estudo da temática, considerando os documentos disponibilizados por comissões da verdade, especialmente a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

**Palavras-chave:** Historiografia; Memória; Ditadura; Comissão Nacional da Verdade.

**Gender and Politics: the resistance of men and women during the brazilian military dictatorship from a gender perspective**

**Abstract:** The objective of this text is to present an overview of publications about women and men in the fight against Brazilian military dictatorship, from a gender perspective. In addition to highlight some bibliographical references, the text also aims to present some study possibilities on the subject, considering the documents made available by truth commissions, especially Comissão Nacional da Verdade (CNV).

**Key words:** Historiography; Memory; Dictatorship; Comissão Nacional da Verdade.



\* **NICOLE MARIA PINTO** é Mestra em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); graduada em História na mesma universidade.

## Introdução

A partir da segunda metade do século XX, a historiografia passou por mudanças significativas, incorporando novos temas e sujeitos às análises históricas. Esse período foi marcado por grandes guerras, genocídios e regimes autoritários em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Como consequência desses eventos traumáticos, emergiu o testemunho de sobreviventes, que se tornou uma memória viva das atrocidades cometidas.

Nos anos 1980, houve uma transformação na historiografia, com o surgimento de novas interpretações e formas de estudar as relações entre dominadores e dominados. Essa mudança trouxe novos atores e ampliou o entendimento da ação política, ocorrendo no contexto da renovação da História Política e sua articulação com a História Cultural durante a década de 1980 (Gomes, 2005).

A História Política, até então, vinha sendo contestada no meio historiográfico por investigar apenas os “grandes homens” e acontecimentos marcantes. Durante os anos 1980, essa linha sofreu transformações ao entrar em contato com outras disciplinas. Um marco na reestruturação da História Política foi o livro *Por uma história política*, organizado pelo historiador René Rémond em 1988, que apresenta uma série de textos propondo uma nova forma de abordar a política em diferentes temas.

As novas formas de entender as relações sociais focavam nas variáveis políticas e culturais, como etnia, gênero e cultura política. Além disso, criticavam as abordagens estruturalistas, que compreendiam os fenômenos históricos por meio de variáveis externas, ou seja,

por modelos de análise pré-estabelecidos. Para analisar os processos sociais, seria necessário situá-los em um contexto específico, com tempo e espaço definidos (Avelar, 2010).

Uma das consequências dessas mudanças foi a constatação de que o campo político não estaria isolado e fixo, mas se expandiria para outros campos, com outras variáveis (Rémond, 1988). Considerando que o período da ditadura militar foi marcado por intensos movimentos e atuações políticas, houve também uma interação significativa entre o campo político e outros setores. Por exemplo, as organizações militantes mantinham relações desiguais baseadas no gênero, o que resultou no desenvolvimento de preconceitos por parte dos próprios companheiros de militância em relação às mulheres militantes (Colling, 1997).

Também foi durante esse século que surgiu a História das Mulheres, decorrente das transformações historiográficas e do contato com outras disciplinas como literatura, psicanálise, linguística e antropologia (Soihet, 1997). Além disso, na década de 1960, movimentos feministas e de mulheres chamaram a atenção para a mulher enquanto sujeito histórico, problematizando a diversidade dentro da categoria “mulher” que contém outras subjetividades, como classe e raça (Pedro, 2005).

Este texto tem como objetivo apresentar uma possível abordagem da categoria de gênero na ditadura militar dentro das novas concepções de política, por meio de documentos disponibilizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ele será dividido em duas partes: primeiro, serão apresentados alguns trabalhos sobre a atuação de mulheres e homens na luta contra a ditadura militar brasileira, a partir da perspectiva de

gênero, que podem ser utilizados como referências para o estudo da temática. Em um segundo momento, será apresentada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ressaltando o potencial dos depoimentos coletados para a investigação sobre o tema referenciado no tópico anterior. Por fim, serão colocadas algumas considerações finais relativas ao estudo do gênero na historiografia.

### **Gênero nos estudos sobre a ditadura militar: algumas referências introdutórias**

O texto da autora Joan Scott *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), foi um marco para o uso, como o próprio título indica, do gênero como uma categoria de análise nos trabalhos referentes às relações entre mulheres e homens. Nesse texto, a autora apresenta uma breve história do surgimento do termo e faz um panorama de como ele era empregado nas pesquisas.

A partir das críticas à maneira como a categoria era utilizada, Scott propõe compreender o gênero como um dos elementos que “compõe as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e que dá significado a essas relações, construindo hierarquias (Scott, 1995, p. 89). O papel do gênero “fornecer um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995, p. 89).

Segundo Scott:

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas

definições alternativas, negadas ou suprimidas (Scott, 1995, p. 93).

Desse modo, as construções de feminino e masculino são componentes vazios porque, conforme a definição de Scott, não existe um significado único para essas duas identificações. Ao mesmo tempo são categorias compostas por definições fixas que não dão conta de todos os aspectos, já que outras características podem transbordar e serem “aparentemente” desconsideradas por não se enquadrarem na classificação definida.

Partindo do uso do gênero enquanto categoria histórica de análise, no tocante ao estudo sobre as mulheres na resistência à ditadura militar, investigações mais aprofundadas surgiram no início década de 1990, com os estudos de Luiz Manfredini *As moças de minas: uma história dos anos 60* de 1989 e o livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* de 1997, da autora Ana Maria Colling. O trabalho de Colling se tornou uma base para o estudo do tema e evidenciou a parcialidade da análise histórica, na medida em que a investigação histórica selecionava certos sujeitos, majoritariamente homens, e ocultava outros.

Além dessa denúncia, Colling apresentou uma gama diversa de atuações de mulheres na resistência, que incluía militantes de organizações de esquerda e mulheres envolvidas em seus relacionamentos afetivos, como as mulheres mães. Também, a autora contribuiu para identificar qual imagem a repressão tinha dessas mulheres: de putas comunistas. Duplamente desviantes, além de serem subversivas comunistas, elas romperam com as expectativas criadas para as mulheres, isto é, serem donas de casa e cuidadoras do lar, adentrando no meio político e

público, considerado oposto ao espaço do lar para o qual estavam destinadas.

Além dos trabalhos referenciais já citados, como os de Luiz Manfredini e Ana Maria Colling, outros estudos também contribuem para o entendimento e análise de gênero nas ações, vivências e relações de mulheres e homens que participaram da resistência à ditadura militar. Aqui serão apresentados alguns trabalhos que podem ser tomados como introdutórios sobre a temática.

A tese de Olívia Rangel Joffily (2005), na área da antropologia, se tornou um marco para identificar a diversidade de atuações de mulheres na resistência à ditadura militar. A autora colheu onze entrevistas com mulheres, nem todas eram militantes de alguma organização, e indicou a existência de diferentes tipos de atuações de mulheres na luta contra a ditadura militar:

1 – as mães, esposas, irmãs, tias e avós que entraram na luta pelos caminhos do coração, apoiando seus familiares e estendendo esse apoio a outros lutadores, trabalhando no apoio à resistência; 2 – as militantes, que decidiram participar nos partidos e nas entidades, e que introduziram, a duras penas, o feminino e a ternura na estrutura das organizações clandestinas; 3 – as exiladas, obrigadas a deixar o país para garantir sua sobrevivência e sua sanidade física e mental – algumas foram acompanhando seus companheiros, outras migraram, porque perseguidas e ameaçadas de morte pelo regime militar; 4 – as

presas e torturadas - aquelas que tiveram seu corpo transformado em campo de batalha, porque a repressão julgava que assim aniquilaria rapidamente aquelas figuras aparentemente frágeis; 5 – as guerrilheiras, urbanas e rurais, que ousaram pegar em armas e desafiar a ira dos poderosos (Joffily, 2005, p. 100-101).

A identificação da diversidade de atuações de mulheres na resistência à ditadura militar também foi aprofundada na análise de Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) no livro *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. O livro apresenta uma investigação sobre as diferenças de memórias de homens e mulheres sobre a greve de Osasco, na qual Rovai identifica as memórias de mulheres enquanto subterrâneas à masculina (Rovai, 2013, p. 53). Também no artigo de mesmo ano, Rovai chama atenção para outros tipos de atuações de mulheres movidas a partir de seus afetos, se utilizando do conceito de lógica de afeto<sup>1</sup> para compreender esse tipo de atuação.

Outro trabalho mais recente é da autora Susel Oliveira da Rosa, *Mulheres ditaduras e memórias: Não imagine que precise ser triste para ser militante* (2013), que analisa entrevistas de mulheres que atuaram contra o regime de exceção, fazendo um apanhado de diferentes temas através das histórias de vida de 3 mulheres, salientando as diferenças com base no gênero experienciadas por elas.

<sup>1</sup> Essa categoria de baseou na definição do conceito de lógica do afeto da autora Elizabeth Jelin (1994), que cunhou o termo para definir por qual lógica mulheres sem vínculos com organizações políticas, principalmente mães, adentravam na luta em resistência contra ditadura no Cone Sul, como os movimento das Mães da Praça de Maio, na Argentina, e do Movimento Feminino Pela Anistia no Brasil. Durante a

investigação, ela ajudou a definir principalmente a atuação de mães, filhas e esposas na luta pelos seus entes atingidos pela violência da repressão, com visitas nas prisões e auditorias exigindo a soltura de seus familiares, escondendo objetos comprometedores, como armas e balas, entre outras atuações. Apesar dessas ações terem origem nos seus afetos, isso não retira o caráter político de suas atuações (Rovai, 2013).

Outro estudo que destacamos é a tese de Ana Rita Fonteles Duarte *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)* (2009), que visa entender como suas participantes se utilizaram de estereótipos de gênero na consolidação do movimento. Para tanto, a autora fez uso do conceito de jogos de gênero de Luc Capdevilla,

compreendendo o gênero como máscara, parte da *mis-en-scene* (jogo de cena). Como em jogo de xadrez, os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando, como instrumento de intervenção e visibilidade política, o ‘eterno feminino’ e o ‘eterno masculino’ (Duarte, 2009, p. 24).

Se utilizando dessa definição, Duarte buscou investigar como o Movimento Feminino Pela Anistia fez uso de jogos de gênero para a legitimação de suas ações, se valendo da imagem de mãe protetora da família para viabilizar o movimento.

A temática envolvendo homens e gênero na ditadura militar é um tema mais recente, com menos trabalhos publicados. Emerson Flores Garcia na dissertação *Masculinidades e Tortura: gênero e uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira* (2018), investigou os depoimentos de vítimas civis e depoimentos de agentes do Estado coletados pela Comissão Nacional da Verdade, com foco nas expressões de masculinidade presentes na fala e ações de agentes da repressão, com o intuito de investigar sobre a identificação de masculinidade dos agentes e do que era requerido por estes últimos aos presos políticos. Outro estudo mais recente sobre os homens e o uso do gênero na tortura é o trabalho, ainda no prelo, *A Paternidade como instrumento de tortura contra homens perseguidos pela ditadura no Rio*

*Grande do Sul (1968- 1974)* de Vanderlei Machado e Cristina Scheibe Wolff.

Dentro desse tema, outros aspectos de gênero também devem ser englobados, como trabalhos que estudam características tidas como “desviantes”, como *Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade* (2014) de James Green e Renan Quinalha, resultado de suas atividades na Comissão Nacional da Verdade, e *Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960*, também de James Green (2012).

Por fim, cabe citar estudos que investigam sobre relacionamentos pessoais entre homens e mulheres em meio à militância revolucionária, como *Amores revolucionários: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964-1985)* tese de doutorado de Luísa Dornelles Briggmann (2023), *Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil* de Vanderlei Machado (2023) e *Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul* (2021) da organização de Cristina Scheibe Wolff.

#### **Memória e gênero: o estudo de depoimentos de homens e mulheres na Comissão Nacional da Verdade e outras comissões**

Uma possibilidade para investigar as relações, atuações e diferenças entre mulheres e homens atuantes na resistência à ditadura militar seria a análise das transcrições de depoimentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A Comissão Nacional da Verdade foi criada por meio da Lei nº 12.528/2011, iniciando suas atividades no ano de 2012 se estendendo até 2014. O objetivo principal era investigar sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1946 até 1988. Tanto seu propósito como a delimitação do que seria estudado foi resultado de debates no meio político, ocorrendo alterações da proposta inicial de sua investigação (Dias, 2013).

A CNV surgiu em um contexto de debates sobre um novo tipo de justiça conhecida como Justiça de Transição. A Justiça de Transição é comumente entendida como uma estrutura que envolve um conjunto de estratégias judiciais e não judiciais aplicadas em contextos de transição, de períodos em que graves violações de direitos humanos ocorreram, com o intuito de evitar a repetição de novas violações (Mezarobba, 2009, p. 112).

A Justiça de Transição previa quatro obrigações do estado:

- (1) investigar, processar e punir os violadores de direitos humanos;
- (2) revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade;
- (3) oferecer reparação adequada; e
- (4) afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade (Mezarobba, 2009, p. 116).

Dentre as obrigações incluídas na Justiça de Transição, a CNV se centrou mais em “revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade”, já que ela não tinha poderes para levar nenhum/a perpetrador das violações de direitos humanos à julgamento ou poder para puni-los/as com outras medidas.

Cabe destacar que não coube à Comissão Nacional da Verdade o pioneirismo das denúncias das atrocidades cometidas, no meio midiático vários documentários, livros e filmes denunciam as violências cometidas, sendo o mais recente, inclusive premiado em meios internacionais, o filme *Ainda Estou Aqui* (2024). Um dos diferenciais da CNV foi que pela primeira vez o Estado ficou responsável por investigar as circunstâncias das violações ocorridas, isso quer dizer que a iniciativa para procurar informações deveria partir de comissão instituída pelo Estado. Isso não significa que a CNV inovou muito quanto às buscas pelas pessoas mortas e desaparecidas, empreendimento que voltou a ser realizado pela Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP), apenas ressalta-se que não cabia mais aos parentes entrar com recuso solicitando a investigação (Mezarobba, 2010).

Como resultado de suas atividades, a CNV disponibilizou, além do material consultado para suas investigações, transcrições de depoimentos tomados durante os anos de 2012 a 2014. No total a Comissão Nacional da Verdade ouviu 1.116 depoimentos, contudo no seu site somente foram disponibilizados parte das transcrições, cerca de 404<sup>2</sup>, talvez porque os/as depoentes possam ter requerido sigilo, direito que era garantido pela lei de criação da CNV.

As transcrições disponíveis são divididas em diferentes categorias: depoimentos de agentes do Estado; depoimentos de vítimas civis; depoimentos de vítimas militares; depoimentos de familiares de vítimas; depoimentos de testemunhas; e depoimentos de especialistas. A categoria de vítimas civis é o conjunto

<sup>2</sup> Disponível em:  
<https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1.html> Acesso em: 18 jul. 2025.

com maior disponibilidade de depoimentos, constituídos por homens e mulheres militantes de diferentes organizações, mas também de alguns familiares.

Essa gama variada de transcrições pode proporcionar eixos temáticos de estudo variados, que não só visem investigar aspectos relacionados ao gênero. Outras investigações possíveis tratariam: das organizações de esquerda, das violações de direitos humanos durante o período, da estrutura repressiva, da violência sexual, e possivelmente outros temas. A título de exemplo, o autor Emerson Flores Garcia (2018), já citado anteriormente, se valeu dos depoimentos para investigar sobre a noção de masculinidade na repressão.

Por se tratar de memórias tomadas de forma oral e por se constituem de memórias que retratam situações traumáticas, alguns trabalhos que podem dar suporte para a análise desses documentos.

Beatriz Sarlo, no livro *Tempo passado, Cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), discute como o boom da memória, especialmente a partir dos anos 1970, trouxe desafios para lidar com o testemunho. A autora chama essa emergência do sujeito e do testemunho de "guinada subjetiva". O objetivo do livro é analisar a transformação do testemunho em "um ícone da Verdade ou no recurso mais importante para a reconstituição do passado;" (Sarlo, 2007, p. 19). Nesse sentido, Sarlo pode contribuir para a análise científica, lembrando que, mesmo tratando-se de memórias traumáticas, é necessário realizar questionamentos.

Elizabeth Jelin (2001) no livro *Los trabajos de la memoria* apresenta algumas estratégias de análise para investigar sobre memórias, incluindo

aquelas resultantes de situações traumáticas, como a tortura.

Conforme Jelin, deve-se atentar para a relação entre memória coletiva e memória individual, que se interpenetram e estão associadas. Para isso, Jelin chama atenção para a presença do silêncio no testemunho, é ele que vai indicar onde se encontra a tensão entre o que se é aceito na memória "oficial" e o que não é:

La ‘memoria contra el olvido’ o ‘contra el silencio’ esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos). Es en verdad ‘memoria contra memoria’ (Jelin, 2001, p. 19).

Um exemplo muito indicativo é em relação aos relatos de torturas, especialmente as violações sexuais. Muitas mulheres entrevistadas pela CNV apresentaram dificuldade em falar sobre o tema, que é extremamente sensível. Esse receio pode estar relacionado ao medo de julgamento e à recente abertura para o acolhimento da temática, que por muitos anos ficou restrita ao meio privado (Contreiras, 2018, p. 183).

É interessante observar que essa mesma preocupação pode ser encontrada nos relatos de comissões da verdade de outros países da América Latina. Na Argentina, por exemplo, havia a ideia de que as mulheres poderiam ter colaborado em troca de sua própria preservação durante a detenção, uma acusação que tornava as vítimas culpadas pelas violências sofridas, movimento que contribuía para o silenciamento das vítimas (Meglio, 2023).

Isso não significa que apenas as mulheres teriam dificuldade de falar sobre o tema. Mariana Joffily, ao investigar dados do Brasil Nunca Mais

(BNM),<sup>3</sup> identificou que o silenciamento dos homens poderia ser ainda maior do que o das mulheres ao falar de torturas sexuais, “justamente por elas terem sido praticadas por outros homens” (Joffily, 2009, p. 81).

Nesse sentido, é essencial lembrar que memória e gênero estão interligados. Elizabeth Jelin (2001) ressalta que as formas de recordar são moldadas pelas noções de gênero atribuídas a homens e mulheres. Em um contexto heteronormativo, os homens tendem a lembrar de maneira mais racional e política, enquanto as mulheres recordam com mais detalhes, sentimentos e situações ligadas aos vínculos afetivos. Conforme Carla Cristina Nacke Conradi (2015, p. 24), essa diferença não se refere a capacidades mentais distintas entre homens e mulheres, mas sim a uma experiência histórica e cultural que, além de influenciar as maneiras de recordar, privilegia as memórias masculinas em detrimento das femininas.

Tal tendência não significa que elas não possuam memórias ou não sejam capazes de construir autobiografias. Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996) ao entrevistar 13 mulheres militantes, indicou que as entrevistas permitiriam às militantes a constituição de uma outra interpretação do passado e presente de suas vidas. Mesmo se tratando de uma possibilidade, a autora afirma: “O que me parece claro, contudo, é que seus testemunhos permitem-lhes alcançar uma noção mais acabada de quem foram, ao mesmo tempo que lhes

oferecem a oportunidade de redefinirem quem são” (Ferreira, 1996, p. 40-41).

Como espaço público de escuta, a Comissão Nacional da Verdade possibilitou o confronto de versões entre perpetradores e vítimas, além de um espaço de escuta pública com repercussões no âmbito individual. Dessa forma, ao terem suas histórias reconhecidas como verdade e amparadas pelo Estado, as vítimas puderam compartilhar suas experiências traumáticas, memórias que frequentemente permanecem ocultas e isoladas, mesmo no âmbito privado.

Antes da criação da CNV, outras comissões da verdade já haviam sido estabelecidas nos países do Cone Sul com o objetivo de auxiliar nas investigações e prevenir a repetição das violações ocorridas durante as ditaduras.

Na Argentina, a Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP), iniciada em 1984, ano seguinte ao fim da ditadura, incorporou demandas elaboradas nos movimentos civis contou com testemunho voluntário desde o início. Seu relatório final, o Informe Nunca Más, focou nos casos de desaparecimento, estimados em 30 mil casos. Segundo Paula Franco (2017, p. 62), no relatório não aparece termos como gênero e sexo, mas o gráfico de desaparecidos indica que do total de desaparecidos 20% de mulheres e 70% de homens, sendo que 3% das mulheres eram gestantes quando desapareceram.

<sup>3</sup> O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um

livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. Informação disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

No Uruguai, o Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ) foi o responsável por elaborar um Nunca Mais uruguai, publicado em 1989, 5 anos depois do argentino. Nenhum capítulo em específico foi elaborado para tratar sobre as mulheres, mas os dados apresentados nas tabelas eram divididos com base no sexo (Franco, 2027, p. 63).

Até a década de 1990, os informes possuíam discussões ainda genéricas sobre direitos humanos. Foi apenas após a primeira leva de informes em 1993 que se consolidou a ideia de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a violência contra elas também constitui uma violação dos direitos humanos (Franco, 2017, p. 64)

No Chile, a Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (1991), conhecida como Comissão Rettig, publicou seus resultados no contexto da divulgação dos informes Nunca Mais, sem abordar a temática das mulheres. Em resposta às críticas recebidas pela primeira comissão, foi criada uma segunda edição, a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, conhecida como Valech. O objetivo desta comissão era identificar pessoas afetadas pela tortura e privação de liberdade por razões políticas (Franco, 2017, p.70)

De acordo com Andrea Zamora Garrao (2008), os resultados apresentados no Informe Valech começaram a reconhecer o impacto do uso do gênero nas torturas, especialmente para as mulheres chilenas. O abuso sofrido por elas, tanto em seus papéis de mães quanto em sua sexualidade, considerada sagrada, resultava em um duplo castigo. Assim, além de serem vítimas da violência política, também eram punidas de maneira específica por sua identidade de gênero:

el castigo adquiere una especificidad, en el sentido que el dolor físico es magnificado de manera consciente con degradantes métodos de tortura dirigidos en contra de su identidad sexual y su anatomía física, pero enfatizando el impacto del castigo en su integridad moral y psicológica propia del ‘ser mujer’ (Garrao, 2008, n/c).

Conforme Mariana Joffily (2009), os governos autoritários no Cone Sul possuíam uma visão extremamente conservadora sobre a organização social dos papéis de gênero. A família tradicional era considerada o núcleo forte da sociedade, e, nesse modelo, as mulheres eram responsáveis por todas as tarefas relacionadas ao cuidado da casa, educação dos filhos e pelo conforto e bem-estar do esposo (Joffily, 2009, p. 78).

No contexto brasileiro, a Comissão Nacional da Verdade dedicou um capítulo específico às mulheres, destacando a recorrência da violência sexual. Nesse capítulo, são apresentados depoimentos de mulheres e homens que sofreram algum tipo de violência sexual, classificada como crime de lesa humanidade. Além disso, o capítulo aborda a definição de gênero e o uso de expectativas de gênero durante as torturas, embora não forneça uma definição específica do que seria violência de gênero.

Além dos estudos que investigam a memória, a memória traumática e o gênero, é importante trabalhar com os depoimentos, abordando duas linhas temporais: a do presente, quando os depoimentos foram tomados na primeira década dos anos 2000, e a que remete ao período anterior, quando as vivências narradas aconteceram.

Para aprofundar a análise das linhas temporais, é necessário destacar trabalhos que investigam sobre as duas linhas temporais, como *O fantasma da revolução brasileira* de Marcelo Ridenti (1993), *1964: a conquista do Estado* (1981) de René Dreifuss e *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar* (2021) de Rodrigo Patto Sá Motta, bem como estudos mais recentes que envolvem a CNV como *O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade* de Edson Teles (2018) e *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação* das/o organizadoras/o Maria Paula Araújo, Monica Grin e Carlos Fico (2012).

### **Considerações finais**

A nova forma de compreender a política como um campo interligado a outros abre espaço para sua investigação junto a outras categorias, como o gênero. Considerando que as ditaduras no Brasil e no Cone Sul buscavam reforçar o sistema patriarcal através da exaltação da mulher no papel de mãe/esposa, as distinções de gênero estavam presentes não apenas no meio repressivo, mas também dentro das próprias organizações de esquerda.

Investigar sobre o gênero no contexto da ditadura militar brasileira pode envolver diferentes temas. Alguns trabalhos abordam a presença de distinção de gênero no meio militante, durante as torturas e na violência da repressão, tanto para homens quanto para mulheres. Além disso, há casos "desviantes" do padrão e situações em que os estereótipos de gênero foram utilizados como arma na resistência, como no caso das mães de militantes que reforçavam seu papel ao mesmo tempo que contestavam o regime.

A Comissão Nacional da Verdade pode ser uma fonte valiosa para investigar esses e outros temas. Com os documentos disponibilizados, ela pode ser utilizada, para a investigação de diferentes eixos, que podem ser articulados com livros autobiográficos, memorialísticos, jornalísticos, documentários, entre outros. Além disso, muitos países do Cone Sul, como Argentina, Uruguai e Chile, também possuem relatórios de comissões que investigaram períodos de violência política e que podem ser estudados.

Diante de todos os aspectos apresentados, as transcrições de depoimentos disponibilizadas pela Comissão Nacional da Verdade não apenas poderiam ajudar a desenvolver pesquisas, mas também a compreender melhor as diferenças impostas sobre homens e mulheres que vivenciam a ditadura militar e como essas distinções poderiam afetar suas histórias de vida e a História.

### **Referências**

- AVELAR, A. de S. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010.
- ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (org.). *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BRIGGMANN, L. D. *Amores revolucionários: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964 - 1985)*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.
- COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos tempos, 1997.
- CONRADI, C. C. N. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CONTREIRAS, J. A. **Corpo de mulher, um campo de batalha:** terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional. 2018. 251 p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIAS, R. B. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.9, n.1, p.71-95, jan./jun, 2013.

DREIFUSS, R. D. **1964: A conquista do Estado.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, A. R. F. “**Memórias em disputa e jogos de gênero:**” O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória:** histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRANCO, P. **A escuta que produz a fala:** o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015). Dissertação (História e Educação) UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GARCIA, E. F. **Masculinidades e Tortura:** gênero e uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

GARRAO, A. Z. “La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión”. Nuevo Mundo Mundos Nuevos Débats, 13 mars 2008.

GOMES, A. C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÉA, Maria de Fátima. **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.19-44.

GREEN, J. N. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. **Revista anistia política e justiça de transição**, v. 8, p. 58-93, 2012.

GREEN, J.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades.** Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Edufscar, 2014.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.** Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

JELIN, E. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.

JOFFILY, M. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural:** Marechal Cândido Rondon. n. 21, 2º semestre 2009, p. 78-88.

JOFFILY, O. R. **Esperança equilibrista:** Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

MACHADO, V. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. **História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 179-188, 2013.

MACHADO, V.; WOLFF, C. S. **A Paternidade como instrumento de tortura contra homens perseguidos pela ditadura no Rio Grande do Sul (1968-1974).** (no prelo)

MANFREDINI, L. **As moças de Minas:** uma história dos anos 60. São Paulo: AlfaOmega: 1989.

MEGLIO, E. “Mala época para ser mujer”. Aproximación a un análisis interseccional de la violencia sexual en los centros clandestinos de detención durante la última dictadura en Argentina (1976-1983). **La Aljaba. Segunda Época. Revista De Estudios De La Mujer**, v. 27, n. 1, p. 13, 2023.

MEZAROBBA, G. De que se Fala, quando se diz “Justiça de Transição”? **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n.67, p.111-122, jan./ jun. 2009.

MEZAROBBA, G. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-122.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v.24, n.1, 2005. p.77-98.

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira.** 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSA, S. **Mulheres, ditaduras e memórias:** não imagine que precise ser triste para ser militante. 1. ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2013.

ROVAL, M. G. O. **Osasco 1968:** a greve no masculino e no feminino. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

SARLO, B. **Tempo passado.** Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo, Companhia das Letras/UFMG, 2007.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TELES, E. **O abismo na história:** ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

WOLFF, C. (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul.** Curitiba: Brazil Publishing, 2021

Recebido em 2025-05-30  
Publicado em 2025-12-29